



Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco



Jacira França e Marcelo Renan de Souza
Organizadores

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Governador | **Paulo Câmara**
Vice-Governador | **Raul Henry**

SECRETARIA DE CULTURA

Secretário de Cultura | **Marcelino Granja**
Secretária Executiva | **Silvana Meireles**
Chefe de Gabinete | **Severino Pessoa**
Gerente de Políticas Culturais | **Diego Santos**
Gerente de Projetos Especiais | **Tarciana Portella**
Gerente Geral de Articulação Social | **Luciano Moura**
Gerente de Planejamento | **Fernanda Laís de Matos**
Gerente de Administração e Finanças | **Manoel Araújo**
Gestores de Comunicação | **Michelle de Assunção e Tiago Montenegro**

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO - FUNDARPE

Diretora-Presidente | **Márcia Souto**
Vice-Presidente | **Antonieta Trindade**
Chefe de Gabinete | **Marcela Torres**
Gerente Geral de Preservação do Patrimônio Cultural | **Márcia Chamixaes**
Gerente de Preservação Cultural | **Celia Campos**
Gerente de Equipamentos Culturais | **André Brasileiro**
Superintendente de Gestão do Funcultura | **Gustavo Duarte de Araújo**
Superintendente de Planejamento e Gestão | **André Cândido**
Gerente de Produção | **Marcus Sanchez**
Gerente de Administração e Finanças | **Jacilene Oliveira**

F981p

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE PERNAMBUCO /
Organizadores: Jacira França, Marcelo Renan de Souza - Recife:
FUNDARPE, 2018.

224 p. : Il.: color
ISBN 978-85-7240-095-4

1. Patrimônio Cultural Imaterial. 2. Política Cultural. 3. Registro.
4. Salvaguarda. 5. INRC. I. França, Jacira (Org.). II. Souza, Marcelo
Renan de (Org.).

CDD 363.69

© 2018 Todos os direitos reservados

Fundação do Patrimônio Histórico e
Artístico de Pernambuco - Fundarpe
Rua da Aurora, 463 - Boa Vista -
Recife/PE - CEP: 50.050-000
[81] 3184.3000 - 3184.3061
www.cultura.pe.gov.br

Organizadores
Jacira França e Marcelo Renan de Souza

Supervisão
Jacira França

Projeto gráfico e Diagramação
Ikaro Santhiago

Ilustrações
Ikaro Santhiago

Colaboradores
Alberto Resende e Amanda Paraíso

Impressão
Companhia Editora de Pernambuco-CEPE

Jacira França e Marcelo Renan de Souza
Organizadores



Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco



Recife
Fundarpe
2018



Maracatus-Nação em Pernambuco: Desafios e Possibilidades em Torno do Reconhecimento da Forma de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil

Anna Beatriz Zanine Koslinski¹

Isabel Cristina Martins Guillen²

Maracatu-nação,
Cultural negra,
Patrimônio imaterial

1 Doutoranda em Ciências Antropológicas pela Universidad Autónoma Metropolitana (Cidade do México), mestra em Antropologia pela UFPE. Foi supervisora do Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu-Nação. Em suas pesquisas tem explorado temas como religiosidade, tradição, simbolismo, mercado cultural e patrimônio a partir dos maracatus-nação e agora ampliou seu universo de pesquisa para os grupos percussivos de maracatu existentes no Brasil e Europa.

2 Doutora em História pela UNICAMP, professora do Departamento de História da UFPE, foi coordenadora do Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu-Nação. Tem trabalhado com a cultura negra de Pernambuco, desenvolvendo diversos projetos de pesquisa e coordenando o Laboratório de história Oral e da Imagem da UFPE.

Ao longo das últimas décadas foi possível observar mundialmente a emergência de políticas públicas voltadas aos patrimônios imateriais ou intangíveis. Dentre os resultados dessas políticas pode-se apontar a visibilidade obtida por vertentes das culturas negras, a exemplo dos maracatus-nação pernambucanos. Após anos de marginalidade os maracatus tornaram-se símbolos identitários de Pernambuco obtendo destaque no carnaval do Recife. Por outro lado, observa-se que os maracatus adentraram em um disputado mercado cultural, além de terem despertado o interesse de jovens de outras classes sociais, ansiosos por aprender sua percussão e dança. O sucesso dos maracatus não refletiu em melhores condições de vida para os maracatuzeiros, fato que aponta para a necessidade que esse bem cultural tem de receber políticas de salvaguarda. Deste modo, a pedido do governo do estado de Pernambuco, os maracatus-nação foram inventariados, e posteriormente receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil. O processo de inventário foi marcado por uma série de desafios, seja no diálogo estabelecido com os maracatuzeiros, ou mesmo na adequação da metodologia do IPHAN à realidade do campo dos maracatus. Contudo, não há dúvida de que o desafio maior foi fomentar a reflexão acerca de como poderiam se configurar as políticas de salvaguarda para se evitar que o bem seguisse valorizado unicamente em suas formas de expressão sem empoderar os maracatuzeiros. Para isso foi preciso estar atentos aos sentidos que os detentores do bem atribuíam à recepção do título de patrimônio e também aos riscos de se essencializar o viés comunitário das culturas populares ou, de maneira oposta, sujeitar tal cultura às demandas do mercado.

Introdução

Desde que tiveram início as políticas culturais voltadas ao patrimônio imaterial, com o decreto 3551 de 2000, as manifestações, principalmente formas de expressão da cultura negra, obtiveram o reconhecimento de que constituem patrimônio cultural do Brasil. Tal fato não



foi obra do acaso já que essas políticas surgem na esteira de debates ocorridos mundialmente desde meados dos anos 1990, em que a UNESCO apresentava preocupação com o risco que as culturas tradicionais poderiam ter de desaparecer, homogeneizar-se ou mesmo de serem expropriadas devido à globalização. Em tempos onde as políticas patrimoniais tinham como alvo principal os patrimônios materiais, ou seja, lugares e edificações de valor inestimável para uma comunidade, nação ou mesmo toda a humanidade, as culturas negras não obtinham muito espaço dentre os bens tombados mundialmente já que o legado de grande parte delas está nas artes performáticas de natureza intangível (CARVALHO, 2005).



Fig 1 Estandarte
Foto: Guilherme Labônia

Dessa forma, a emergência das políticas para os patrimônios imateriais constituem ações fundamentais para a valorização das culturas negras no Brasil. Os bens culturais registrados até então, como o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, o Jongo do Sudeste, a

Roda de Capoeira, o Ofício de Mestre de Capoeira, o Ofício das Baianas do Acarajé, o Tambor de Crioula do Maranhão dentre outros, são manifestações importantes na definição de identidades, além de serem consideradas estratégicas em termos de resistência cultural, no seio da qual as identidades culturais negras foram gestadas e consideradas fundamentais para sua reprodução.

É interessante observar como algumas dessas culturas funcionam também como marcos identitários atrelados a estados específicos como Bahia e Maranhão. No caso de Pernambuco, onde a diversidade de culturas populares é expressiva, o maracatu-nação sem dúvida é uma das manifestações mais representativas ao se pensar a identidade cultural, principalmente a que define a negritude no estado. Não é à toa que a iniciativa para transformar o maracatu-nação em patrimônio imaterial partiu do próprio governo estadual (GUILLEN, 2012). O trajeto que o maracatu-nação percorreu até obter o título de Patrimônio Cultural do Brasil será o tema norteador deste trabalho, e deste modo a primeira parte será dedicada a situar o leitor no contexto dos maracatus-nação percorrendo sobre seu passado e maneira como se organizam atualmente, e a segunda parte se concentrará na discussão sobre seu processo de patrimonialização.

Maracatu-Nação, Expressão Performática da Cultura Negra em Pernambuco

Atualmente, no estado de Pernambuco, existem dois tipos de maracatus considerados tradicionais: o maracatu-nação ou "maracatu de baque virado" e o maracatu rural ou de baque solto, ou ainda conhecido por maracatu de orquestra. São formas de expressão bastante diferentes entre si, com musicalidade e performance distintas, e mantêm em comum apenas o nome, maracatu. Definir ou encontrar uma descrição exata do que é o maracatu-nação é uma tarefa difícil, tamanha a complexidade que envolve a forma de expressão. Em linhas bem gerais pode-se descrevê-lo como uma manifestação cultural performática, inserida nos festejos carnavalescos, na qual um cortejo real, composto por rei, rainha, príncipes, princesas, figuras da nobreza, vassalos, baianas, dentre outras personagens, de forma processual desfilam pelas ruas da cidade de Recife e região metropolitana. Este grupo executa uma dança específica e é acompanhado por uma orquestra percussiva, composta por instrumentos como alfaias (tambores), caixas e taróis, gonguê, mineiro ou ganzá e por



vezes, agbês e atabaques. O maestro e compositor Guerra-Peixe foi quem em primeiro lugar estabeleceu a existência de tipos diversos de maracatu, observando as músicas que eram executadas, e definiu esta modalidade como maracatu de baque virado, uma vez que os percussionistas dobravam (ou viravam) as batidas nos tambores em alguns momentos de sua performance. São também conhecidos como maracatu-nação por representarem uma cultura negra ancestral, presente na região metropolitana do Recife desde o século XIX, representando as antigas nações de escravos africanos.

As nações de maracatu estão organizadas como agremiações carnavalescas, localizadas em sua grande maioria em comunidades de periferia (favelas) da cidade do Recife e região metropolitana, e é desta inserção comunitária que conseguem agregar seus membros, bem como das relações que possuem com as religiões consideradas de matriz africana. De acordo com os maracatuzeiros, só são "autênticos" os maracatus-nação que possuem vínculo de caráter religioso com os terreiros de xangô (nome da religião de culto aos orixás em Pernambuco) ou jurema (religião que cultua mestres, caboclos, exus e pomba-giras). Esta relação é pautada pelas obrigações aos orixás ou mestres/mestras da jurema para conferirem proteção ao grupo durante o carnaval, bem como através das calungas, entidades religiosas que são representadas pelas bonecas de madeira, geralmente negras, ricamente vestidas, carregadas pelas damas do paço, que abrem juntamente com o porta-estandarte o desfile da nação. (MOTTA, 1997; KOSLINSKI, 2012).

O Maracatu-Nação e a História da Cultura Negra em Pernambuco

Na atualidade os maracatus-nação são um dos destaques do carnaval do Recife, além de atraírem um expressivo número de jovens que desejam aprender seu batuque e dança, seja por meio de grupos percussivos que tocam a música do maracatu-nação, ou mesmo diretamente com os maracatus tradicionais. Entretanto, ao longo de sua história, os maracatus-nação passaram por uma série de adversidades. A desvalorização que os maracatus-nação enfrentaram no passado é uma das razões que explica a pouca documentação acerca de como eles se organizavam, principalmente em se tratando do século XIX. O que se sabe, principalmente devido a registros em jornais, é que a visão que a sociedade recifense tinha dos maracatus³ era bastante negativa, e que devido às denúncias acerca do incomodo que eles causavam, os maracatus eram alvo de perseguições

policiais (LIMA, 2008). Isso condiz com a mentalidade da elite da época no Brasil como um todo, que via a cultura negra como um empecilho ao processo civilizatório almejado pelo país, amparado nas teorias raciais tão em voga no período⁴. Até os princípios do século XX, o carnaval era o espaço permitido aos maracatus e outras manifestações populares organizadas em agremiações para desfilar pelas ruas sem maiores represálias. A permissão era dada por meio de licenças concedidas pela polícia.



Fig 2. Corte
Foto: Tiago Guillen

³ Refiro-me aqui à manifestação de modo mais genérico, ou seja, simplesmente como maracatu pois até meados do século XX, os registros documentais não apontavam para distinções específicas entre os maracatus nação e os maracatus de orquestra. Para maiores informações ver Lima (2008).

⁴ Para maiores informações acerca do pensamento social brasileiro e do racismo científico ver: Schwarcz (2003) e Ortiz (1985).

É importante ressaltar também, que no período do governo de Agamenon Magalhães, em meados da década de 1930, houve uma forte perseguição aos terreiros de xangô e principalmente jurema, fazendo com que muitos devotos realizassem seus toques e rituais junto às sedes e atividades dos maracatus, para despistar as autoridades. Ainda assim, algumas vezes as atividades dos grupos eram interrompidas, havendo registros de maracatuzeiros presos (GUILLEN, 2005). Esse fato demonstra o quanto a relação dos maracatus-nação com religião é algo socialmente construído, sendo assim deve-se evitar



adotar um discurso que naturalize tal relação, como se ela existisse desde sempre. A documentação encontrada sobre os maracatus ainda não conseguiu provar quando de fato se iniciou essa relação.

A questão das supostas origens dos maracatus foi abordada pelos primeiros intelectuais a se debruçarem sobre o tema. Esses intelectuais, seguindo o viés dos folcloristas da época, possuíam em comum a crença de que os maracatus estariam fadados ao desaparecimento (COSTA, 1974; GUERRA-PEIXE, 1980; REAL, 1990). Eles associavam o surgimento da manifestação às festas de coroação dos Reis do Congo e, nesse sentido, os maracatus representariam uma espécie de sobrevivência cultural, uma “reminiscência africana” de um passado escravista e assim já não teriam razão de existir. Tal premissa foi por muito tempo aceita sem muita contestação. Entretanto, pesquisas do historiador e maracatuzeiro Ivaldo Marciano de França Lima (2008) mostram evidências de que os maracatus, ao longo do século XIX, tiveram uma existência contemporânea e independente das coroações⁵; mesmo porque, ao que tudo indica, o termo “maracatu” poderia apresentar múltiplos significados entre o final do século XIX e princípios do XX. Exemplo disso é o fato da classificação dos maracatus entre baque solto e baque virado ter ocorrido somente em meados dos anos 1950 por meio do trabalho de Guerra-Peixe. Antes disso as manifestações se confundiam sobre a mesma nomenclatura.

Guerra-Peixe foi o primeiro estudioso a apresentar um trabalho mais detalhado sobre os maracatus, falando de seus instrumentos, maneira como era executada sua música, toadas, formato de apresentação e percurso carnavalesco, organização interna e vínculos religiosos. Sua pesquisa foi realizada entre os anos de 1949 e 1952, e se concentrou no Maracatu Elefante, da renomada rainha Dona Santa. Neste contexto, é importante destacar que, a partir da década de 1940, alguns intelectuais e entusiastas da cultura popular passaram a ver os maracatus-nação de maneira mais positiva, e nesse movimento, elegeram a rainha do maracatu Elefante, como “símbolo de uma ancestral tradição africana ainda viva no Recife” (GUILLEN, 2013). Os xangôs que antes eram perseguidos, paulatinamente passam a ser aceitos e também associados a uma ideia de tradição. Entretanto, mais uma vez, a maneira com que era compreendido pelos intelectuais e autoridades da época era folclorizada. É preciso enfatizar que “a folclorização apaziguadora é capaz de fazer com que a cultura seja aceita e ao mesmo tempo manter os negros “no seu devido lugar” (GUILLEN, 2005: 66). Desse modo, tal mudança de perspectiva não se traduziu em condições mais igualitárias ou maior inserção social para os negros.

Após esse entusiasmo, com o fim da perseguição aos xangôs, os maracatus passariam por um período de decadência, com ápice nos anos 1960 (LIMA, 2008), período que culminou

com a existência de somente três maracatus. Ao longo dos anos 1980, os maracatus passaram a se fortalecer um pouco mais com a criação de novos grupos como Encanto do Pina (1980) e Gato Preto (1989) e a reativação de antigos grupos como o Elefante (1986), este contando com o apoio do Movimento Negro Unificado (GUILLEN & LIMA, 2007). Militantes do movimento também se inseriram nas atividades do Maracatu Leão Coroado no intuito de apoiar o grupo. Apesar desses esforços, seria somente a partir da década de 1990 que os maracatus passariam a conquistar mais espaços e visibilidade.

O Maracatu-Nação e o Mercado: da Década de 1990 até os Dias de Hoje

Os anos 1990 foram marcados pelo interesse que as formas de expressão dos maracatus-nação despertaram em pessoas de outras classes sociais e contextos. Pode-se afirmar que esse interesse surgiu em parte com a fundação do Maracatu Nação Pernambuco em fins de 1989, grupo que reuniu bailarinos do Balé Popular do Recife e que resolveram criar uma agremiação cultural carnavalesca apresentando um espetáculo de música e dança inspirados nas formas de expressão dos maracatus tradicionais, além de cortejos com corpo de percussão e dança pelas ruas. O grupo fez enorme sucesso no carnaval de 1990, sendo considerado exitoso e convidado a se apresentar em festivais e eventos pelo Brasil, Europa e Estados Unidos. A partir do surgimento do referido grupo, outros grupos similares surgiram por Olinda e Recife. Diferentemente dos maracatus-nação tradicionais, os grupos percussivos não possuíam vínculos comunitários, ou seja, a principal motivação para a participação neles estava no entretenimento (GUILLEN E LIMA, 2007). Esses grupos, que existem até os dias atuais, geralmente ensaiam no Bairro do Recife (o Recife Antigo) ou Sítio Histórico de Olinda, atraindo a atenção de transeuntes e turistas, além de contribuir para a transformação desses lugares em verdadeiros polos de animação cultural, que também movimentam o comércio local. Deste modo, muitas são as pessoas que se dirigem para lá com a finalidade de ver e escutar “maracatu”.

Ao lado do surgimento desses grupos percussivos formados em sua maioria por jovens brancos de classe média, a partir de meados dos anos 1990 é possível observar a inserção de pessoas de classe média em maracatus tradicionais como o Estrela Brilhante do Recife e, posteriormente, Porto Rico e, em menor escala, no Leão Coroado e Estrela Brilhante de

⁵ Para maiores informações sobre as Coroações dos Reis do Congo ver: SOUZA, 2002.

Igarassu, bem como o surgimento de grupos percussivos de maracatu em outras partes do Brasil e do mundo. Também não se pode esquecer da importância do movimento Manguebeat, e seu mais famoso representante, Chico Science e a Nação Zumbi, que ao misturarem elementos de manifestações populares como o coco, a ciranda e o maracatu ao som do rock ficaram conhecidos no Brasil inteiro, contribuindo para que pessoas de outras regiões ouvissem falar desse “tal de maracatu”⁶. Todos esses eventos refletem a efervescência cultural pela qual passavam Recife e Olinda, e também o sentimento de “pernambucanidade” que aflorava nestas cidades. Nesse sentido, o maracatu que em momentos passados era considerado coisa de “negros e favelados”, desperta o interesse também de pessoas brancas e passa a ser reconhecido como símbolo da identidade pernambucana.



Fig 3 Baiana Rica
Foto: Tiago Guillen

O então recente êxito que as formas de expressão do maracatu-nação obtiveram, também se refletiu em mudanças para os grupos tradicionais. Primeiramente, dentro das comunidades a quantidade de jovens e crianças que passaram a participar do batuque aumentou expressivamente. Segundo memórias de velhos maracatuzeiros, no passado somente homens adultos tocavam nos maracatus, e a participação de crianças e mulheres era vetada. Atualmente, adolescentes e jovens adultos compõem a maioria dos batuques,

⁶ Para mais informações acerca do movimento manguebeat ver: VARGAS, 2007.

e a participação de mulheres e crianças é permitida, salvo poucas exceções⁷. Os modos de se tocar e ensinar o ritmo também apresentaram mudanças de meados dos anos 1990 para cá; os baques estão cada vez mais sistematizados, estilizados e diferenciados de um grupo para o outro, ou seja, a maneira de tocar tem sido um marco identitário entre uma nação de maracatu e outra⁸. A organização interna dos grupos tradicionais também mudou, visto que algumas práticas antes evidentemente comunitárias, agora são por vezes terceirizadas, tais como a confecção de figurinos e instrumentos e a contratação de mestres, batuqueiros e pessoas para desfilar na corte (KOSLINSKI, 2012). Além de tudo isso, é possível observar também uma recente e crescente emergência de símbolos que remetem à religiosidade e suposta africanidade dos maracatus-nação (KOSLINSKI, 2015). Deste modo, trajes com tecidos e adereços esteticamente afro bem como toadas que fazem referência à elementos do xangô e jurema são cada vez mais presentes. De fato, com o surgimento dos grupos percussivos e diluição das fronteiras identitárias que diferenciam os dois tipos de grupo, a dimensão religiosa dos maracatus-nação se converteu num verdadeiro divisor de águas entre eles (KOSLINSKI, 2012).

Se os grupos percussivos propiciaram a criação de um mercado cultural em torno das formas de expressão dos maracatus, os grupos tradicionais também souberam se beneficiar desse movimento e conquistar seus espaços exclusivos. O espaço ocupado pelos maracatus no carnaval do Recife é sem dúvida o de maior destaque para os grupos. Além da participação no já antigo concurso carnavalesco, desde 2002 os maracatus são a atração principal da Abertura do Carnaval, na qual, ao longo de 15 anos, foram regidos sob a batuta do percussionista Naná Vasconcelos. Tal modelo de abertura foi resultado da intervenção de militantes negros que atuavam no Núcleo Afro, na reestruturação do modelo de carnaval da cidade, fomentado pela gestão do prefeito João Paulo, pertencente ao PT. Dentro dessa reestruturação, a Noite dos Tambores Silenciosos, tradicional evento que acontece sempre na segunda-feira de carnaval no Pátio do Terço, também se modificou, deixando o evento exclusivo para os maracatus-nação. Os afoxés não mais desfilariam junto aos maracatus, mas em compensação obtiveram um espaço de apresentação exclusivo para eles também no Pátio do Terço, só que na noite de domingo de carnaval. Enquanto o concurso carnavalesco é prestigiado majoritariamente pelas pessoas provenientes das comunidades maracatuzeiras, a Abertura do Carnaval e a Noite dos Tambores Silenciosos atraem um grande número de turistas e foliões alheios ao contexto dos maracatus, conferindo-lhes uma oportunidade diferenciada de visibilidade.

A partir do exposto, percebe-se que nas últimas décadas os maracatus-nação sofreram um processo de espetacularização, obtendo novos espaços, reestruturando-se internamente e se inserindo num disputado mercado cultural. Nesse contexto, observa-se que os grupos

⁷ Atualmente o Maracatu-nação Estrela Brilhante de Igarassu é o único que ainda proíbe a participação de mulheres no batuque.

⁸ Para maiores informações sobre as mudanças nos baques dos maracatus ver: CARVALHO, 2007.



que melhor dialogam com essas demandas são os que mais prosperam nesse cenário. Apesar de na atualidade o maracatu-nação ser muito mais conhecido que há cinquenta anos atrás, esse fato não se refletiu em melhoria de condições de vida para a maioria dos maracatuzeiros. Essa situação, atrelada à importância que a manifestação tem para a identidade cultural das comunidades negras pernambucanas, justificou o pedido feito ao IPHAN pelo governo do estado de Pernambuco para o registro do maracatu-nação como Patrimônio Cultural do Brasil.

Inventariando os Maracatus

O registro de um bem cultural como patrimônio imaterial é precedido de diversas etapas de pesquisa, que se denomina de inventário. O IPHAN possui uma metodologia própria para tal fim, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Munidos dessa ferramenta a equipe de pesquisa composta por profissionais das áreas de História, Antropologia, Etnomusicologia, Pedagogia e Dança, sendo alguns deles maracatuzeiros, iniciou o INRC dos maracatus em dezembro de 2011, entregando o material à FUNDARPE em julho de 2013.

O processo de pesquisa necessita da anuência dos detentores do bem, no caso os maracatuzeiros participantes da AMANPE (Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco) anuíram com o processo, bem como dele participaram. Tanto o IPHAN como a UNESCO recomendam que os detentores do bem estejam de acordo com a realização do inventário, sendo a etapa reconhecida em si como uma ação de salvaguarda. A AMANPE existe desde 2009 e foi fundada para que os maracatus-nação juntos pudessem lutar pelos seus direitos e interesses em comum, bem como para que pudessem assessorar-se mutuamente em questões de cunho burocrático, como recebimento de subvenções dentre outros assuntos e, dessa forma, firmando sua cidadania jurídica.

Apesar da anuência prévia da associação, uma das primeiras atividades da equipe de pesquisa foi a realização de uma reunião com os maracatuzeiros para explicar-lhes como funcionaria a dinâmica do inventário, e também para esclarecer qualquer tipo de dúvida relacionada ao processo. Também fizemos questão de explicar para que servia o INRC, e quais seriam os benefícios da obtenção do registro como Patrimônio Imaterial. O esforço em trabalhar num diálogo constante com os maracatuzeiros numa perspectiva de construção conjunta esteve presente em todo o processo, porém não foi livre de conflitos. A maioria





dos maracatuzeiros, mesmo havendo assinado a anuência, pareciam indiferentes à nossa fala. Além disso, ao longo de todo o processo de pesquisa percebeu-se uma desconfiança em relação ao nosso trabalho e intenções. Acreditamos que diante da complexidade das políticas culturais no Brasil, e do histórico de dificuldades que os maracatuzeiros e outros grupos representantes das culturas populares enfrentaram em sua relação com os poderes públicos, principalmente diante do processo histórico de expropriação, e exploração a que a cultura popular vem sendo submetida desde que despertou o interesse de pesquisadores e do mercado cultural (CARVALHO, 2005), tal postura não foi de todo uma surpresa para equipe; toda essa frieza por parte deles nos fez refletir também sobre os significados de se obter um título de patrimônio imaterial. De que adiantaria impor esse título a um grupo social que até então não via sentido naquilo tudo? A que serve, efetivamente, ser conhecido como patrimônio cultural do Brasil, qual retorno eles podem obter nesse processo? Nesse contexto, como concretizar a recomendação de que os detentores do bem se apropriassem e fossem protagonistas de seu processo de patrimonialização e salvaguarda? Era preciso se tomar o cuidado para que o título não resultasse em algo meramente figurativo, sem gerar autonomia e acesso à cidadania aos grupos envolvidos. Ainda assim, não é demais reforçar a esperança de que o processo de reconhecimento do maracatu-nação como patrimônio cultural no Brasil possa redundar em benefícios reais para os detentores do bem, criando condições para sua sustentabilidade, bem como promovendo melhores condições para que os grupos tenham acesso às políticas públicas de cultura existentes no Brasil.

A presença de alguns maracatuzeiros pertencentes a grupos distintos dos pesquisados dentro da equipe de pesquisa também gerou desconfiança, devido a rivalidades existentes entre os maracatus. As rivalidades e conflitos entre as diferentes nações de maracatu são históricos e tem a ver, não só com os concursos carnavalescos, como também com diferenças existentes na identidade, maneira de gerir os grupos, na compreensão de seu universo simbólico e também em relação à inserção no mercado cultural. Nesse sentido reforça-se que a criação da AMANPE tem sido fundamental não só no processo de empoderamento dos grupos em relação aos seus direitos como agremiação carnavalesca e representantes da cultura popular, como também no sentido de fazer com que os grupos administrem melhor seus conflitos, deixando-os de lado no momento de luta por um bem comum. O trabalho coletivo é importante para que os benefícios que antes eram destinados aos maracatus com melhores condições de dialogar e se inserir nas esferas das políticas e produção cultural, possam alcançar a totalidade dos grupos.

Infelizmente não foi possível contemplar maracatuzeiros de cada grupo dentro da equipe. Incluir detentores do bem dentro do processo de inventário é uma recomendação não

só do IPHAN como também da própria UNESCO. Entretanto, a realidade com a qual a equipe se deparou dificultou o cumprimento total dessa demanda. Mesmo a UNESCO reconhece a dificuldade em cumprir tal critério (CENDEJAS, 2014). Portanto, os empecilhos que dificultam esse processo não se trata de uma particularidade do contexto dos maracatus. Primeiramente, era exigido um nível acadêmico mínimo para ser pesquisador do INRC. Devido ao contexto sócio cultural no qual se encontram, e às dificuldades que o Brasil apresenta na área da educação, a quantidade de maracatuzeiros que consegue acessar o ensino superior é mínima, e uma pós-graduação, menor ainda. Além disso o tempo de trabalho que deveriam dedicar ao projeto não permitiria que eles o conciliassem com seus trabalhos originais, e o valor da bolsa paga aos pesquisadores e auxiliares de pesquisa não era suficiente para o sustento deles e de seus familiares. Ainda assim pudemos contemplar alguns maracatuzeiros como pesquisadores, auxiliares de pesquisa ou na área de produção.



Fig 4 Dama do Paço
Foto: Isabel Guillen

Salientamos que a participação desses maracatuzeiros foi de grande contribuição para o inventário, no sentido de que contávamos com representantes do bem cultural dentro das reuniões, que nos auxiliavam na tomada de decisões e no diálogo com outros maracatuzeiros, bem como na compreensão do universo dos maracatus-nação. Reiteramos ainda que



a participação dos maracatuzeiros representou um aprendizado para ambos os lados (maracatuzeiros e demais pesquisadores) e foi um passo importante para seu empoderamento e apropriação das políticas públicas que beneficiam os patrimônios imateriais no Brasil. O contexto também traz à tona a importância de que as ações de salvaguarda também se preocupem em fornecer condições para que esse grupo social historicamente excluído possa também obter acesso pleno à educação de nível superior, tendo assim maiores possibilidades de protagonismo não só nas questões referentes ao bem registrado como também em outras esferas de suas vidas.

Outras atividades que marcaram o início do processo de inventário foi a delimitação do sítio e localidades e o levantamento de material bibliográfico e de registros audiovisuais sobre o bem, já existentes. Para isso a equipe recorreu à museus, bibliotecas e arquivos públicos. Este início também foi marcado por inúmeras reuniões da equipe de pesquisa entre si⁹, e também com a FUNDARPE, para estruturar toda a metodologia que seguiríamos. As fichas do INRC são bastante extensas, e nem sempre os campos a serem preenchidos dentro delas, faziam sentido para a realidade dos maracatus-nação. Ao mesmo tempo, haviam características presentes nos maracatus consideradas de extrema relevância para constar no inventário, mas que não possuíam espaço nas fichas onde poderiam adequar-se. Nessas reuniões também definimos os bens presentes no universo dos maracatus que seriam inventariados, as categorias onde eles se encaixariam, os roteiros de entrevistas que dessem conta de fornecer as informações suficientes para o preenchimento das fichas.

Desta maneira, identificamos os seguintes bens dentro das seguintes categorias: Recife e região metropolitana como “sítio” a ser delimitado, Recife, Olinda, Jaboatão e Igarassu como “localidades”, Pátio do Terço, Pátio São Pedro, Marco Zero, Passarela, Praça da Independência, Bairro do Recife, Sítio de Pai Adão, Mercado São José, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Recife, Olinda e Igarassu, Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres como “lugares”, essas mesmas igrejas mais as sedes de cada maracatu-nação como “edificações”; Alfaia/Bombo, Caixa/Tarol, Atabaque, Agbê, Ganzá/Mineiro, Gonguê, Mestre de Batuque e Batuqueiro como “ofícios e modos de fazer”; Abertura do Carnaval, Carnaval do Recife, Carnaval de Olinda, Concurso das Agremiações Carnavalescas, Ensaios com Naná Vasconcelos, Festa de Aniversário, Terça Negra, Noite para os Tambores Silenciosos de Olinda, Noite dos Tambores Silenciosos do Recife, Traga a Vasilha, Acorda Povo, Baque da Alvorada, Bacalhau da Quarta-Feira de Cinzas, Coroação de Rei e Rainha de Maracatu e Obrigações Religiosas como “celebrações”; Calunga, Dança, Batuque, Cortejo, Baque, Toada/Loa, Maracatus Mirins, Grupos Percussivos, Porta-Pálio, Pajens, Dama do Paço, Rei e Rainha, Baianas de Cordão (catirinas), Arreamar, Lanceiro, Porta-Estandarte, Figurinos e Fantasias como “formas de expressão”,

além de termos classificando também cada maracatu-nação como forma de expressão assim a maior parte deles teve uma ficha de forma de expressão dedicada exclusivamente para si.

A partir de janeiro de 2012, iniciamos a realização de entrevistas, paralelamente ao registro de ensaios, apresentações e demais atividades relacionadas aos maracatus. Como se iniciava o período pré-carnavalesco, havia muito que registrar, pois, como já foi mencionado, se trata do período onde os maracatus estão envolvidos em maior atividade. A equipe registrou não só os eventos realizados no centro da cidade, mas também os ensaios realizados nas comunidades que sediavam os grupos. Esses registros foram muito importantes para constatar a difícil situação que se encontravam a maioria dos grupos, que possuíam sedes em condições precárias, com pouco espaço para alojar instrumentos, fantasias e adereços. Além disso, a maioria das sedes era também residência de famílias, ou seja, poucos eram os grupos que possuíam um espaço exclusivo para o maracatu. Os ensaios quase sempre eram realizados na rua em frente à sede.

Após o término do carnaval seguimos com as atividades de entrevistas e preenchimento de fichas. Tínhamos seis meses de trabalho pela frente, mas diante da quantidade de dados que colheríamos, o tempo era muito curto. Na verdade, se não fosse pela familiaridade que a equipe de pesquisa já possuía com o bem e com a metodologia do INRC, o cumprimento do prazo seria praticamente impossível, ou não entregaríamos um material com qualidade satisfatória (GUILLEN, 2012). As reuniões que a equipe teve com representantes do IPHAN, da FUNDARPE e entre si mesma, não seriam o suficiente para capacitar os pesquisadores e auxiliares. Entretanto, a maioria dos pesquisadores desse inventário, também já havia participado de dois projetos prévios, um deles utilizando o INRC como parte da metodologia.

Entre os anos de 2010 e 2011, foram realizados com o apoio do FUNCULTURA e coordenação dos historiadores Isabel Guillen e Ivaldo Marciano de França Lima os projetos “História e Memória dos Maracatus Nação de Pernambuco” e “Inventário Sonoro dos Maracatus Nação de Pernambuco”. O primeiro projeto tinha como objetivo colher depoimentos de maracatuzeiros e maracatuzeiras que fazem e fizeram tão importante manifestação cultural pernambucana¹⁰ e o segundo buscava realizar um inventário da música dos maracatus, através da gravação de toadas de cada grupo em seus locais de ensaio por meio de um estúdio móvel e do preenchimento das fichas do INRC que tivessem relação com o seu universo sonoro, além de se ter colocado como uma ação de salvaguarda e preservação da diversidade musical existente entre os grupos de maracatu-nação¹¹. As dificuldades para preencher as fichas nesse primeiro contato foram muito grandes, mas serviram de exercício e aprendizado para o que viria a ser o futuro inventário completo dos maracatus.

⁹ As reuniões da equipe de pesquisa eram realizadas nas dependências do Laboratório de História Oral (LAHOI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A parceria com a universidade foi fundamental para a realização do inventário, devido ao apoio logístico e acesso à estrutura do laboratório.

¹⁰ <http://www.historiamaracatusnacao.com/p/apresentacao.html>

¹¹ <http://inventariomaracatus.blogspot.mx/p/apresentacao.html>



Fig 5 Rei e Rainha
Foto: Tiago Guillen

Ainda em relação ao preenchimento das fichas, foi necessário decidir os critérios para realiza-lo, como padronizar a linguagem, já que distintos pesquisadores preencheriam um mesmo tipo de ficha, além do roteiro que guiaria as entrevistas. Cada ficha presente no manual do INRC é precedida de um questionário que tem por finalidade orientar o roteiro de entrevista que auxiliará na obtenção de informações para o preenchimento da mesma. Entretanto, no caso dos INRC do maracatus-nação, o tempo disponível não era suficiente para aplicar os questionários tal qual estavam no manual. O que fizemos foi criar um questionário geral para ser aplicado aos representantes dos maracatus, questionário este que serviria para o preenchimento das fichas de forma de expressão de cada grupo além de outras fichas que unissem material de distintos informantes, acrescentando outras perguntas dependendo da área em que o representante pudesse auxiliar no conhecimento (costura, música, confecção de instrumentos, administração etc.).

Havia ainda o problema de como abranger dentro do inventário, dimensões e questões relevantes dentro do universo dos maracatus que não tinham espaço nas fichas. Para isso, decidimos abrir espaço para a discussão de tais questões dentro do dossiê a ser entregue. Nele, pudemos expor com mais autonomia e liberdade questões acerca da relação dos maracatus

com o mercado, religião, gênero, tradição, salvaguarda, dentre outras dimensões que não poderiam ser ignoradas dentro do projeto.

O próximo passo seria pensar a salvaguarda, apesar da consciência da polissemia e permanente construção do conceito de salvaguarda, havia uma preocupação por parte dos pesquisadores do INRC de que ele pudesse ser debatido entre os maracatuzeiros. Numa tentativa de ampliar as possibilidades desse campo, concretizando um diálogo horizontal e construção coletiva, realizamos em agosto de 2012 um seminário sobre salvaguarda nas dependências da Universidade Federal de Pernambuco. Nele estiveram presentes os maracatuzeiros, representantes da equipe do inventário, do IPHAN, FUNDARPE, além de representantes de outros bens já registrados e salvaguardados como o Jongo do Sudeste e o Samba de Roda do Recôncavo Baiano. O seminário foi composto de uma série de mesas redondas e também de grupos de trabalho onde os maracatuzeiros, após haverem assistido às discussões acerca do significado e possibilidades de salvaguarda, poderiam trocar experiências e colocar suas propostas para o maracatu-nação. Após o fim dos GTs, as propostas foram reunidas e discutidas entre todos os maracatuzeiros.

Durante as entrevistas que foram realizadas entre janeiro e julho de 2012, percebemos que a ideia de salvaguarda apresentada pela maioria dos maracatuzeiros estava muito relacionada ao mercado cultural. Dentre as propostas mais aclamadas, estava o pedido de aumento de contratos para apresentações e melhores cachês. O tema do mercado cultural é um tanto delicado, devendo-se tomar o cuidado com possíveis juízos de valor relacionados à sua influência sobre as culturas populares. Os maracatuzeiros, bem como os representantes de outras manifestações da cultura popular, não compõem grupos isolados, portanto compartilham com os demais cidadãos anseios não só por uma vida digna como também por bens de consumo, dentre outras ambições. Desse modo, seu desejo de se inserir no mercado cultural é legítimo, não devendo ser ignorado ou reprimido. Assim como existe a preocupação com as possíveis imposições do mercado, é preciso refletir também sobre os riscos de uma possível imposição do comunitário. Tal atitude configuraria uma discriminação em relação ao protagonismo dos maracatuzeiros em suas decisões, além de uma postura ingênua em relação à realidade mais ampla nas quais se inserem as culturas populares, suas dinâmicas e ressignificações. É fundamental que os gestores de políticas públicas de patrimônio e estudiosos do tema estejam cientes que mudanças na produção, circulação e consumo da cultura requerem também mudanças na percepção de como se configura um patrimônio; não perceber as relações sociais que condicionam o bem a ser patrimonializado interferem negativamente na construção de políticas públicas eficazes (GARCÍA CANCLINI, 1993).



Entretanto, apesar das preocupações relativas a qualquer tipo de imposição, é preciso estar atento para as diferentes percepções e interpretações existentes na recepção de um título de Patrimônio Cultural do Brasil, como patrimônio imaterial, principalmente para não fazer com que os usos comerciais e turísticos do patrimônio distorçam seu caráter comunitário (que sim, existe) e beneficiem produtores e empresários ao invés dos detentores do bem. Diante da visão muitas vezes essencializada e engessada que o poder público ou produtores culturais têm sobre as culturas tradicionais e da visão por vezes mercadológica, que não só esses produtores e empresas mas o mesmo poder público manifesta, é preciso estar atento que as mudanças nas formas de expressão e organização das culturas tradicionais não são o problema. Considere-se que o “x” da questão é pensar de onde vêm essas mudanças e quem são os protagonistas delas, ou seja, se elas surgem por decisão dos detentores do bem ou por imposições do mercado ou gestores de políticas públicas (GARCÍA CANCLINI, 1993).

Diante do exposto, ressalta-se que nos âmbitos de ações de salvaguarda existe o risco de que se salogue o bem no sentido de sua forma de expressão, e que se esqueça do mais importante, que é a criação de sustentabilidade para as pessoas que fazem o bem. É preciso estar atento para que a salvaguarda não ignore as disputas e dimensões de poder e da desigualdade que envolve o fazer dos bens considerados patrimônio intangível (GARCÍA CANCLINI, 2012). Nesse sentido, e por meio dessas políticas, é preciso garantir direitos sociais e culturais que diminuam as desigualdades nas quais os detentores do bem se inserem e condições para que eles possam dar continuidade à sua cultura de forma digna.



Fig 6 Abê
Foto: Tiago Guillen



Fig 7 Batuque
Foto: Tiago Guillen

Após o seminário sobre a salvaguarda realizado entre os maracatuzeiros as propostas se expandiram; sendo assim, foram propostas a construção de um museu para os maracatus que abrigasse além de exposições e documentos referentes à memória dos maracatus, atividades culturais; cursos de capacitação em produção cultural e audiovisual, condições para compra e reformas de sedes e um calendário fixo de apresentações garantido pelo poder público. Com o seminário foi possível retomar, sem imposições ou juízos de valor, a preocupação não só com o mercado cultural, como também com práticas mais comunitárias entre os maracatus.

Por fim é importante mencionar os conflitos existentes entre os maracatus-nação e os grupos percussivos pernambucanos. Dentro do estado é impossível não perceber a disputa existente entre as duas categorias de grupo dentro do mercado cultural, já que os grupos percussivos também são contratados para realizar apresentações, bem como movimentam um mercado de oficinas, mercado este que poderia beneficiar os maracatus-nação.

No processo do INRC, surgiu uma polêmica a partir do momento que notamos que alguns grupos percussivos, mesmo que não reconhecidos pelos maracatus-nação como sendo maracatus “autênticos”, reivindicavam tal identidade para si. Se tais grupos fossem



contemplados dentro do inventário, eles também teriam direito às políticas de salvaguarda, mesmo apresentando melhores condições estruturais para a realização de suas atividades? O surgimento de tais grupos é, dentre outras razões, consequência desse mercado cultural que nos últimos anos tem valorizado as formas de expressão do maracatu-nação; lembremos que a UNESCO desde a década de 1990 mostrou-se preocupada com as consequências do mercado que rodeia os bens de natureza imaterial, e em sua convenção salienta a importância de políticas patrimoniais que possam proteger esses bens da influência mercantil de caráter negativo. A equipe que inventariou os maracatus-nação optou por não inventariar tais grupos, porém entrevistamos alguns representantes para fundamentar nossa escolha, apresentando os resultados dessas entrevistas numa ficha anexa e nos conteúdos do dossiê. Intelectuais como Regina Abreu (2005) já salientaram sobre o poder dos cientistas sociais e historiadores em selecionar e definir os bens que serão registrados e o risco de hierarquiza-los; como pesquisadores que tentam auxiliar na construção de autonomia para os grupos tradicionais não poderíamos permitir que as desigualdades e exclusão à que estão submetidos esses grupos na sociedade se reproduzissem no interior do inventário.

A preocupação com a desigualdade foi a razão pela qual também decidimos registrar, entrevistar e preencher fichas de forma de expressão para cada uma das nações de maracatus existentes. Entre os maracatus-nação existe uma disparidade evidente entre os grandes grupos, que possuem melhores condições estruturais, divulgação e inserção em projetos culturais e no mercado, e grupos menores que sobrevivem apesar das enormes dificuldades que enfrentam. Durante o inventário buscamos romper tais hierarquias sendo que os grupos que não foram contemplados com fichas próprias tiveram tal destino devido à falta de conteúdo bem como ao encerramento parcial ou total de suas atividades, como os maracatus Elefante, Sol Nascente e Linda Flor. Também constatamos dificuldades na relação com as lideranças de alguns grupos, ou mesmo pelo caráter muito recente do grupo, que também impossibilita o preenchimento de uma ficha completa, tais como os maracatus Estrela de Olinda e Lira do Morro da Conceição. Ainda assim as lideranças desses grupos foram entrevistadas, tiveram suas atividades (quando existentes) registradas e ficha preenchida nos campos anexos do INRC.

No dia 03 de dezembro de 2014, o maracatu-nação teve seu registro aprovado pelo IPHAN em Brasília, contando com a presença do presidente da AMANPE, o articulador do maracatu Aurora Africana, Fábio Sotero. Já a cerimônia que entregou o título de Patrimônio Cultural Imaterial foi realizada no Recife, no dia 18 de agosto de 2015, sendo também Fábio Sotero o escolhido para representar os maracatus-nação. Em entrevista ao Portal Cultura PE o maracatuzeiro expressa a satisfação pela recepção do título por parte dos maracatus,

e também se mostra orgulhoso por haver participado do projeto que inventariou o bem. Por fim, ele diz acreditar que, com a concretização do registro, os maracatus conquistam mais respeito e oportunidades, principalmente os grupos menores.

Não existem garantias de que as condições obtidas pelas diferentes nações de maracatu daqui por diante serão mais igualitárias. Na verdade, para que tal premissa seja real será necessária muita colaboração e diálogo entre os grupos tradicionais. Entretanto, acreditamos que após todo o processo do INRC, os maracatus-nação se fortaleceram politicamente, e já possuem muitas ferramentas que facilitam sua articulação entre si, o mercado e os poderes públicos. Fica então o desejo de que sua salvaguarda possa trazer melhoria para esses grupos, e que possa ser gerida de maneira autônoma pelos detentores do bem, assim como servir de exemplo para outros patrimônios imateriais que ainda terão seus registros e salvaguardas solicitados.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina. 2005. *Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação dos antropólogos nas questões do patrimônio*. In: Revista Sociedade e Cultura 2 (8), Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG. Goiânia, p. 37-52.
- CARVALHO, Ernesto Ignácio. 2007. *Diálogo de Negros, Monólogo de Brancos: Transformações e Apropriações Musicais do Maracatu de Baque Virado*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFPE.
- CARVALHO, José Jorge de. *Las Culturas Afroamericanas en Iberoamérica: lo negociable y lo innegociable*. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor (coordinador académico). 2005. *Culturas de Iberoamérica: diagnósticos y propuestas para su desarrollo*. Madrid: OEI, Santillana, p. 97- 130.
- CENDEJAS, Alfonso Barquín. 2014. *Los dilemas de la salvaguardia: una introducción*. In: Diario de Campo año 1 núm. 2 abril-junio de 2014, Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH), México: Tercera época, p. 4-6.
- COSTA, F. A. Pereira da. 1974. *Folk-lore pernambucano: Subsídios para a história da poesia popular em Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. 2012. *A Sociedade Sem Relato*. São Paulo: EDUSP, p. 264.

_____. *Los Usos Sociales del Patrimonio Cultural*. In: *El Patrimonio Cultural de México*. 1993. México: Fondo de Cultura Económica.

GUERRA-PEIXE, César. 1980. *Maracatus do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Irmãos Vitalle, 2ª edição.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. 2013. *História e Tradição entre os Maracatus Nação*. Relatório de Pesquisa do Inventário Nacional de Referências Culturais do Maracatu-nação. Recife, IPHAN/FUNDARPE, Mimeo.

_____. 2012. *Inventariando experiências entre os maracatus nação em Pernambuco*. In: Anais Eletrônico da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). São Paulo, p. 1-12.

_____. 2005. *Xangôs e Maracatus: Uma Relação Historicamente Construída*. In: Ciências Humanas em Revista, São Luís: v. 3, n. 2, dez.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins & LIMA, Ivaldo Marciano de França. 2007. *Os Maracatus-Nação do Recife e a Espetacularização da Cultura Popular (1960-1990)*. In: Cultura Afro-Descendente no Recife: Maracatus Valentes e Catimbós. Recife: Edições Bagaço.

KOSLINSKI, Anna Beatriz Zanine. 2012. *Estratégias e Ressignificações na Espetacularização dos Maracatus Nação Pernambucanos*. In: Anais Eletrônico da 28ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). São Paulo, p. 1-21.

_____. 2015. *Maracatus-nação pernambucanos e representações de África e negritude*. In: Anais Eletrônico do XXVIII Simpósio Nacional de História (SNH), Florianópolis.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. 2008. *Maracatus e Maracatuzeiros: Desconstruindo Certezas, Batendo Afayás e Fazendo Histórias*. Recife, 1930-1945. Recife: Edições Bagaço.

MOTTA, Roberto. 1997. *Religiões Afro-Recifenses, Ensaios de Classificação*. In: Revista Antropológicas, ano II, v.2, série religiões populares. Recife: Ed. UFPE, p.11-34.

ORTIZ, Renato. 2006. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.

REAL, Katarina. 1990. *O Folclore no Carnaval do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2ª Edição.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Marina de Mello e. 2002. *Reis Negros no Brasil Escravista*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

VARGAS, Herom. 2007. *Hibridismos Musicais de Chico Science e Nação Zumbi*. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial.

